



Ministério da Educação – Brasil  
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM  
Minas Gerais – Brasil  
Revista Vozes dos Vales: Publicações Acadêmicas  
ISSN: 2238-6424  
QUALIS/CAPES – LATINDEX  
Nº. 23 – Ano XII – 05/2023  
<http://www.ufvjm.edu.br/vozes>

## **Educação Superior e Inclusão: Reflexões a partir do Plano de Desenvolvimento Institucional da UNIMONTES**

Gabriel Valério de Souza Santos  
Graduando em Geografia  
Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes – Brasil  
<http://lattes.cnpq.br/8279206218961568>  
E-mail: [gabrielvaleriosouza@gmail.com](mailto:gabrielvaleriosouza@gmail.com)

Dulce Pereira dos Santos  
Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU  
Docente da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes – Brasil  
<http://lattes.cnpq.br/1213687288745503>  
E-mail: [dulce.santos@unimontes.br](mailto:dulce.santos@unimontes.br)

Rahyan de Carvalho Alves  
Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.  
Docente da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes – Brasil  
<http://lattes.cnpq.br/0593456424985792>  
E-mail: [rahyan.alves@unimontes.br](mailto:rahyan.alves@unimontes.br)

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo realizar uma breve reflexão da política de inclusão tratado pelo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes-Sede). Para tanto, utilizou-se como metodologia: a) revisão bibliográfica assentado na discussão da importância do PDI para a implantação de políticas inclusivas, b) análise do PDI (2017-2021) da instituição supracitada e c) execução de trabalho de campo, realizado no ano de 2022, buscando obter registros fotográficos. De modo geral, a Universidade atende as expectativas da inclusão social a partir de políticas afirmativas de cotas, assistência social, acessibilidade e atendimento psicológico, possuindo um núcleo voltado para a inclusão social dos estudantes. Sendo assim, podemos considerar

que a Unimontes tem demandado esforços para construir um espaço educativo inclusivo, porém merece maior incentivo político e institucional para expandir os projetos e as políticas de inclusão de forma sistematizada.

**Palavras-chave:** PDI. Educação Superior. Inclusão. Unimontes.

## **Introdução**

Nos tempos atuais, torna-se indispensável a atenção voltada para a inclusão e permanência de estudantes no contexto universitário e, para tanto, a construção de um Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) que valorize a realidade regional, a inclusão educacional e a luta pela igualdade dos diferentes sujeitos é necessária e urgente.

O PDI de uma Universidade diz respeito à filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional, questões orçamentárias, às atividades acadêmicas e as estratégias para atingir suas metas e objetivos ao longo de um período que deve ser revisitado de 5 em 5 anos. Logo esse documento deve ser minuciosamente organizado e pensado para atender a comunidade de forma assertiva, propositiva, sustentável e inclusivo (UNIMONTES, 2017).

Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo realizar uma breve reflexão da política de inclusão tratado a partir do PDI da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes-Sede). Para tanto, utilizou-se como metodologia: *a*) revisão bibliográfica assentado na discussão da importância do PDI para a implantação de políticas inclusivas, *b*) análise do PDI (2017-2021) da instituição supracitada e *c*) execução de trabalho de campo, realizado no ano de 2022, buscando obter registros fotográficos.

O trabalho está estruturado da seguinte maneira: inicialmente apresenta-se uma breve discussão sobre a importância do PDI para a implantação de políticas inclusivas, em seguida, trata-se das políticas de cotas como ferramenta de inclusão e, na sequência, discute-se sobre as Políticas de Acessibilidade, o Núcleo de Sociedade Inclusiva (NUSI) e a Assistência Estudantil da Unimontes. Por fim, naturalmente, apresenta-se as conclusões.

É importante salientarmos que as Universidades devem visitar o Plano de Desenvolvimento Institucional e garantir aos seus usuários ações, atividades,

projetos, programas e políticas que promovam a autonomia, acesso e entendimento pleno dos estudantes em relação a inclusão, bem como a moradia, alimentação, acesso pleno e adequado as salas de aulas, laboratórios, organização estratégico das atividades de ensino, pesquisa e extensão, atreladas, ou não, nos diferentes planos de aulas e outros.

### **A importância do PDI para a implantação de políticas inclusivas**

O Plano de Desenvolvimento Institucional trata-se de um documento elaborado pela Universidade que visa explicitar as suas ações e metas em um determinado período, como as diretrizes do trabalho que ocorre na instituição, as suas atividades acadêmicas, infraestrutura e políticas de inclusão. Esse documento é responsável por esclarecer como a Universidade funciona para a sua comunidade acadêmica, professores e público externo.

De acordo com Francisco (2012) o PDI da instituição de ensino superior é um documento responsável por explicar o mecanismo da gestão administrativa, possibilita estudos coordenados e uma participação ampla para a elaboração de tal documento. Te fato é inegável que esse documento é um dos mais importantes da instituição, seja ela pública ou privada, pois é um dos alicerces da arquitetura do pensamento humano, financeiro, educacional e político do educandário.

Manter o PDI atualizado, e que atenda a demanda da Universidade, é prezar pela organização de toda as esferas do ambiente de trabalho, fazendo com que a produtividade, qualidade e o conforto desse espaço sejam componentes essenciais para a eficiência e aplicação das diversas habilidades e competências que estão à disposição na academia por todos os pares (equipe de gestão, técnicos administrativos, docentes, alunos etc.). Com isso, Dal Magro (2012, p. 428) ressalta a importância do PDI, a saber:

O PDI é um importante instrumento de auxílio para as Instituições de Ensino Superior. Ele engloba métodos que influenciam na melhoria da qualidade do ensino, uniformidade das tarefas administrativas e gestão financeira eficiente. Com esses pressupostos, ele fornece informações relevantes para as Instituições de Ensino Superior Públicas. Essas informações fazem com que as instituições se mantenham competitivas no mercado e, além disso, controlem eficientemente seus recursos financeiros, viabilizando o investimento em infraestrutura, em profissionais qualificados e em novas tecnologias, melhorando a qualidade de ensino e dando um retorno a comunidade.

Guedes e Scherer (2015) ressalta a dificuldade de se elaborar um estratégico e eficiente PDI, pois o documento precisa contemplar e atender todas as demandas e atividades da instituição. Logo, organizar as tarefas pedagógicas administrativas, financeiras e o investimento na infraestrutura é uma tarefa complexa e de grande responsabilidade, pois estamos falando, por exemplo, de recursos financeiro que nem sempre são desatinados as Universidade públicas e, quando as são, o valor é insuficiente, impactando (direta e indiretamente) no funcionamento de todas as atividades.

O PDI também é responsável por descrever e apontar como a Universidade pode ofertar recursos, técnicas e ferramentas para a inclusão e a universalização das atividades de ensino, pesquisa e extensão a todos os discentes. Logo, é necessário ressaltar a importância de educação inclusiva descrita no PDI de modo a evitar desordens, atrasos e estresse na vida de quem necessita de uma atenção especial. E infelizmente grande parte da comunidade acadêmica desconhece o Plano de Desenvolvimento Institucional, sua estrutura e organização. E devemos ultrapassar essa barreira do desconhecimento da Política Institucional, uma vez que tal política é extremamente importante e necessária para orientar os alunos e profissionais (GARCIA, BACARIN E LEONARDO, 2018).

Portanto, é importante que a Universidade tenha uma visão ampla de toda a instituição (sede e *campi*) e seu funcionamento, que observe a realidade enfrentada na instituição e os elementos dificultadores que assolam a permanência e o desenvolvimento das atividades pelos pares, especialmente os discentes. Que tenha os seus objetivos e ações claras para os usuários, ou seja, promova o encurtamento das relações gestão e alunos, minimizando uma gestão apenas administrativa-burocrática, redobrando a atenção para casos delicados como oferta de transporte, alimentação e moradia aos discentes, e que esteja aberta as críticas para a melhoria da instituição (OLIVEIRA, 2011).

É imprescindível que a comunidade acadêmica, professores e funcionários da instituição, analise se a Universidade segue os parâmetros descritos PDI. Pois, é através dessa verificação que podemos observar se a instituição está cumprindo suas ações e metas, onde podendo e devemos exercer o nosso direito de cobrança. Visando a educação inclusiva, podemos verificar se a instituição está usando de ferramentas socioeconômicas para a inclusão social, que esteja adaptando

metodologias de ensino para alunos com necessidades especiais e que esteja cumprindo adequações estruturais para facilitar a acessibilidade de alunos com deficiência. Para Garcia, Bacarin e Leonardo (2018, p.34) “[...] com a inclusão, a necessidade de acessibilidade passou a ser cada vez mais requerida nas IES, devendo olhar a universidade de maneira ampla e plural”. Alguns desses exemplos, são: as rampas de acesso, recurso tecnológico adequados, banheiros adaptados e elevadores.

Dessa forma, o PDI deve preconizar a educação inclusiva para além de uma adaptação do sistema educacional que venha garantir o acesso e permanência de alunos. A Universidade deve entender e garantir que toda pessoa tenha o direito de acesso à educação, ao ato de aprender, com dignidade. Percebendo que o processo de aprendizagem de cada sujeito é singular e que o ensino inclusivo diz respeito a todos.

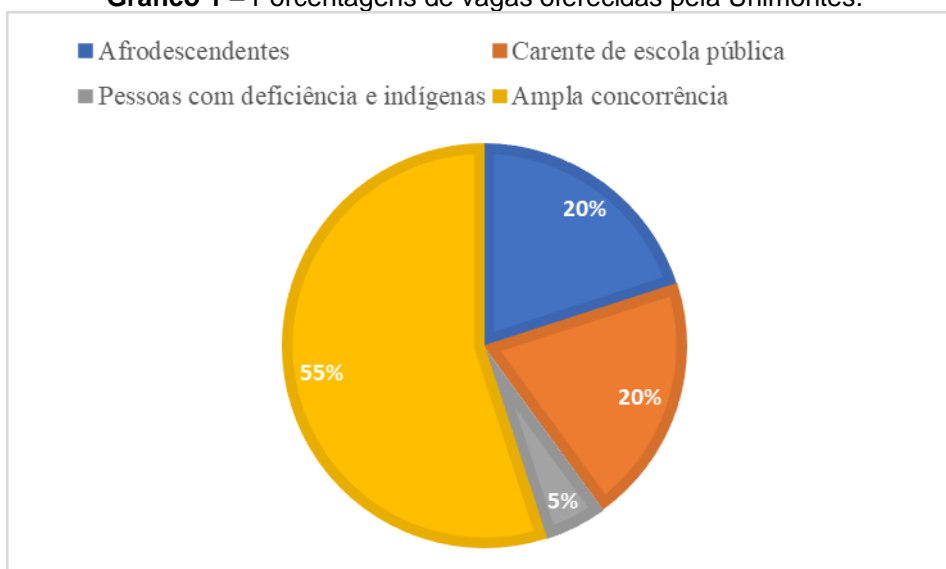
### **Cotas como ferramenta de inclusão**

Bezerra (2011) afirma que no geral o acesso da população à Universidade brasileira é difícil devido, por exemplo, ao número ainda pequeno de vagas ofertadas pelas Universidades e diante os desafios para a realização do Sistema de Seleção e Avaliação para as pessoas de baixa renda, grupos étnicos marginalizados e deficientes, que antes do sistema de cotas teriam que concorrer com grupos mais privilegiados.

Nesse contexto, a Unimontes oferece cursos nas áreas de saúde, educação, ciências sociais aplicadas, ciências humanas e ciências exatas e tecnológicas, no *campus*-sede de Montes Claros, bem como nos seus *campi* de Almenara, Brasília de Minas, Bocaiuva, Espinosa, Janaúba, Januária, Paracatu/Unaí, Pirapora, Salinas e São Francisco e, ainda, no núcleo em Joáima, além dos mais de 300 municípios consorciados (UNIMONTES, 2017)

A Universidade Estadual de Montes Claros oferece vagas a cada semestre por meio do Sistema de Seleção Unificada (SISU) e parte das vagas remanescentes são destinadas à política afirmativas, conforme podemos perceber no Gráfico 01

**Gráfico 1 –** Porcentagens de vagas oferecidas pela Unimontes.



**Fonte:** Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI UNIMONTES 2017-2021.

**Elaboração:** SANTOS, G. V. S, 2022.

Analisando os dados coletados, podemos observar que quase metade, 45%, das vagas são destinadas às políticas afirmativas. Essa política além de realizar uma inclusão social, ela transforma o perfil da Universidade, trazendo uma pluralidade que, aos poucos, vai representando a população local e regional.

Nesse intento, a Unimontes ocupa atualmente a 2ª posição entre as instituições públicas de Minas Gerais que mais inclui pessoas com deficiência e a 32ª posição entre as demais universidades públicas de todo o país. A instituição conta com 91 acadêmicos portadores de deficiência, que correspondem a 1% do total de alunos matriculados da instituição (UNIMONTES, 2019).

Na perspectiva das cotas sociais e raciais da instituição, essa política pública de inclusão refletirá em um cenário profissional futuro. No Brasil, alguns casos de fraude entre cotas já foram expostos como uma falha do sistema. Contudo, a Unimontes investiu em bancas de comissão que realizam análise de heteroidentificação de candidatos autodeclarados como preto ou pardo. Em casos de pessoas com deficiência, é necessário um laudo médico comprovando a real situação do candidato. Essa política é uma forma de garantir que as fraudes não ocorram na instituição. Ação que mostra uma real preocupação com a garantia de direito e a lisura dos processos (OLIVEIRA, 2011).

Nesse contexto, vale frisar que na Unimontes existe o Núcleo de Estudos Afro-brasileiro (NEAB), a exemplo de outras universidades públicas do país,

ajudando a consolidar e ampliar o debate sobre as questões referentes aos afrodescendentes, a cultura Africana e afro-brasileira, dando um enfoque especial à realidade regional - Norte/Noroeste de Minas, Vales do Jequitinhonha, do Mucuri e Urucuia. O NEAB vêm desempenhando importantes papéis e aqui damos visibilidade quanto na formulação de políticas de inclusão para os afro-brasileiros, sendo aglutinador de trabalhos em conjunto com outros movimentos negros em prol de justiça, igualdade e inclusão (UNIMONTES, 2017).

A Unimontes busca levar formação acadêmica para municípios distantes dos núcleos presenciais, e a justificativa descrita no PDI afirma que essa proposta se deve ao compromisso da instituição em promover a inclusão social, pois possibilita candidatos que não são beneficiados geograficamente e financeiramente ao acesso ao nível superior. Sendo assim, a Universidade oferece diversos cursos de graduações/licenciaturas e quatro pós-graduações *Lato sensu* em 41 Polos de Apoio Presencial em todas as macrorregiões do Estado pelo Centro de Educação a Distância (CEAD) (UNIMONTES, 2017).

De acordo com Guimarães (2019) a educação à distância (EAD) pode ser usada como ferramenta de inclusão social visto que grande parte dos municípios pequenos e mais afastados das cidades consideradas universitárias sofrem com a questão da logística, que impede os interessados de ingressar na universidade.

Segundo De Ar Mendes (2010) o ensino à distância utiliza de ferramentas tecnológicas para facilitar o acesso ao conhecimento, desse modo, os professores podem realizar as suas aulas, utilizando videoconferência, plataforma como o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e instrumentos que estão ligados à internet no geral. Consequentemente, é importante observar que o ingresso do aluno não garante a sua permanência, apesar de ser um curso gratuito, muitos alunos não possuem acesso à internet ou eletrônicos. Portanto, a Universidade deve, além de ofertar os cursos, buscar políticas públicas para manter os alunos no ensino superior.

Observando esses processos, a universidade apresenta preocupação em ofertar cursos e manter a qualidade e desenvolvimento da instituição:

Como toda universidade, a UNIMONTES evidencia seu caráter de universalidade e vem, progressivamente, aperfeiçoando-se, com vistas a contribuir, de maneira significativa e cada vez mais, para o desenvolvimento

econômico, social, científico e cultural não só de sua região, como também do Estado e do País. (OLIVEIRA, 2011, p.124).

Quando falamos sobre Universidade, especificamente a Unimontes, devemos destacar que o processo de mudança de pensamento sobre a inclusão é gradual. Uma vez que a sociedade muda, e as instituições percebem a necessidade de se adequar e, até mesmo, projetar ações, projetos e olhares para o futuro.

### **Políticas de Acessibilidade**

Em geral, a sociedade associa a acessibilidade apenas para as questões de infraestrutura do espaço físico. Entretanto, a acessibilidade vai além, ela é uma forma de garantir o acesso de pessoas com deficiência em ambientes sociais de maneira ampla e criativa. De acordo com Silva (2016) definir acessibilidade, é o mesmo que eliminar as barreiras que impedem os acadêmicos de participar das atividades universitárias.

Há uma diferença entre acessibilidade e a inclusão, introduzir pessoas na universidade não garante a inclusão. A acessibilidade é uma forma de garantir a permanência desses alunos ao acesso ao ensino superior. Nessa perspectiva, Silva (2016) destaca que para promover a educação inclusiva é necessário políticas de acessibilidade na infraestrutura, logística e tecnológica para alunos com deficiência, assim aparando participação e garantido uma diversidade no mesmo ambiente.

Segundo Silva (2016) para que a acessibilidade aconteça é necessário identificar e reconhecer as principais barreiras na academia. Partindo desses princípios, analisaremos de forma breve como o Plano de Desenvolvimento Institucional (2017-2021) da Unimontes retrata a questão da acessibilidade na instituição. E vale destacar que no ano de 2022 realizamos 3 trabalhos de campo na Unimontes Sede, realizando registros fotográficos para melhor compreensão da questão da acessibilidade e inclusão.

Segundo o PDI, a instituição preocupa com as políticas inclusivas, no tocante a acessibilidade, na Universidade. Essas discussões já vêm sendo feitas com todos os usuários da Universidade e, principalmente, debatido nos cursos das licenciaturas, onde já existem projetos de ensino, pesquisa, extensão, grupos e núcleos de estudos que versam sobre tal temática (UNIMONTES, 2017).



E tal imersão nessa temática leva a Unimontes aprovar a Resolução 04/Consu (Conselho Universitário) o ano de 2017 que destaca a Política de Acessibilidade da Universidade. E aliada a essa política, uma das metas sinalizadas pelo PDI é a realização da reforma na estrutura da Universidade adaptando rampas, corrimões, pisos táteis, totem e elevadores (Figura 01) em todos os prédios (UNIMONTES, 2019).

**Figura 01** – Elevador do prédio 3



**Fonte:** SANTOS, G. V. S, 2022.

Podemos observar pela Figura 01 existe um elevador que fica localizado no prédio 3, conhecido também como prédio das ciências exatas. Nesse prédio é possível afirmar que a acessibilidade chegou para os estudantes usuários do prédio. Entretanto, não é uma realidade que abrange toda a Universidade. Ainda há muito o que melhorar na expansão desse acesso na instituição, como a Unimontes vem cada vez mais se preocupando em garantir a qualidade da universidade, existem grandes expectativas nesse sentido. Entendemos que é de interesse da instituição garantir a acessibilidade.

Nesse contexto, vale destacar que:

As condições de acessibilidades presentes na estrutura física das instituições, como escolas e universidades devem estar relacionadas às políticas inclusivas das estruturas administrativas, que devem refletir uma atitude de luta contra a exclusão. Porém, a cultura de incorporar o outro, o diferente, ainda está sendo formada (MANZINI, 2005, p. 32).

Já no prédio 2, também conhecido como o prédio de ciências humanas podemos observar uma rampa íngreme, conforme a Figura 02 evidencia. No prédio 2 não existe elevador, e muitos alunos cadeirantes dependem de outros estudantes para guia-los até o segundo ou terceiro andar e ou auditório. Nesse caso, os alunos que são dependentes dos elevadores para ter uma autonomia não são contemplados com uma política de acessibilidade eficiente.

**Figura 02 – Rampa do prédio 2.**



**Fonte:** SANTOS, G. V. S, 2022.

A Universidade possui vagas no seu estacionamento exclusivo para pessoas com deficiência. Possui rampas em seus passeios e piso táteis, além disso tem um Núcleo de Sociedade Inclusiva (NUSI) de referência – o qual iremos destacar na sequência. Em vários aspectos a instituição vem se preocupando com o bem-estar dos seus alunos, com a ampliação gradual de rampas em todos os 6 prédios, juntamente com a instalações de pisos táteis.

### **Núcleo de Sociedade Inclusiva (NUSI)**

O Núcleo de Apoio à Acessibilidade, na perspectiva inclusiva, é uma forma de assegurar alunos portadores de deficiência nas universidades públicas em todo território brasileiro. Segundo Melo e Araújo (2018, p.63): é preciso dentre as ações desenvolvidas pelo “[...] Núcleo de Acessibilidade em parceria com outras pró-reitorias, particularmente as relacionadas às questões acadêmicas, um olhar atento para assegurar a esses alunos todos os benefícios sociais garantidos por lei.” Na

Unimontes, o Núcleo da Sociedade Inclusiva (NUSI) está vinculada à Pró-Reitoria de Ensino e o Departamento de Educação, instituído pela Resolução 120/CEPEX (Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão) no ano de 2005. A equipe do NUSI conta com oito professores da Unimontes, entre psicopedagogos, psicólogos e especialistas em Psiquiatria (UNIMONTES, 2017; 2019).

O Núcleo localiza-se no prédio 2, no primeiro andar do campo sede, e funciona de segunda à sexta-feira, de 10 às 12 horas e de 16 às 18 horas, com atendimento também aos surdos matriculados na instituição para apoio em escrita e leitura acadêmica. O NUSI possui estratégias voltadas para a permanência e progressão do acadêmico, professores, funcionários durante a trajetória do ensino superior. Sendo assim, o núcleo se caracteriza como uma política afirmativa de inclusão especial na perspectiva da educação inclusiva. O Núcleo disponibiliza o atendimento a professores sobre as funções do intérprete de Libras, estratégias didáticas e sobre a relação dos acadêmicos surdos com a escrita do português (UNIMONTES, 2017).

O NUSI oferece o Atendimento Educacional Especializado aos acadêmicos que têm o autismo e se ingressaram na Universidade pelo sistema de reserva de vagas. A iniciativa faz parte da política de acessibilidade da Unimontes prevista no atual PDI. O atendimento funciona no contraturno das atividades presenciais dos respectivos cursos ofertados pela instituição (UNIMONTES, 2017).

**Figura 03 – Núcleo de Sociedade Inclusiva**



**Fonte:** SANTOS, G. V. S, 2022.

Na Figura 03 podemos verificar a entrada do núcleo que conta ainda com alunos estagiários da Unimontes contratado pelo Núcleo de Assuntos Estudantis (NAE). No NUSI podemos observar a oferta de computadores com acesso à internet que estão disponíveis para alunos fazerem pesquisas acadêmicas e trabalhos, bem como diversas obras acadêmicas e apoio para resoluções de questões voltadas a inclusão nas atividades acadêmicas. Vale destacar que o NUSI também trabalhar com grupo via aplicativo, tal como o *whatsapp*, tornando o contato com os pares mais constante e rápido (UNIMONTES, 2017).

### **Assistência Estudantil**

Buscando aprimoras as demandas da inclusão social, a universidade coloca como meta o auxílio estudantil para alunos que não tem condição social e financeira de permanecer na instituição. A Universidade publica editais para agraciar alunos com assistências, utilizando alguns critérios, como: renda *per capita* e distância da residência à universidade (UNIMONTES, 2017)

A assistência estudantil vai desde a promover acesso à alimentação, transporte, auxílio pedagógico, moradia e auxílio-creche. Essa política afirmativa é voltada para a inclusão social que, por sua vez, é atrelada a educação inclusiva, pois vários acadêmicos sofrem com a ausência de recursos financeiros para terem acesso a Universidade e ou permanência nessa.

Nesse contexto, Santos *et al.* (2018, p. 191) destaca que:

Ao longo da sua existência, a Unimontes tem implementado, com muita dificuldade e poucos investimentos públicos, importantes projetos/ações voltadas para o apoio à manutenção e permanência do seu corpo discente na universidade, participando e desenvolvendo, ao longo de sua história, de importantes projetos com este intuito. A exemplo disto, pode-se citar os projetos/ações: “banco de estágio”, “banco de moradia”, “restaurante universitário”.

Logo mais, Santos *et al.* (2018) ressalta a implementação do restaurante universitário como forma de assistência estudantil. De acordo com o PDI o restaurante universitário é uma política de inclusão social disponível para todos os acadêmicos do campo sede. É cobrado uma taxa de R\$2,50, consideravelmente barata. Essa política também facilita a logística de alunos que estudam em período

integral, pois o aluno não precisa sair do campus para fazer a sua refeição (UNIMONTES, 2017).

Com todas essas políticas voltadas para a assistência estudantil, a Universidade consegue garantir a permanência de uma grande parte dos acadêmicos que depende de alguma bolsa para a sua sobrevivência. Mattos (2019) afirma que as políticas voltadas para a permanência dos acadêmicos diminuem o nível de evasão e assegura que a assistência estudantil não seja apenas bolsas sociais, mas apoio cultural, psicológico, pedagógico e humano que promove inclusão e dignidade.

## **Conclusões**

A análise realizada a partir do PDI (2017-2021) retrata uma preocupação da Unimontes voltada para a educação inclusiva, com execução de projetos, programas e políticas sociais e afirmativas, entretanto o processo de investimento na infraestrutura da instituição poderia ser mais intenso. Visto que, nem todos os prédios, por exemplo, possuem elevadores funcionando, acesso que é indispensável para alunos cadeirantes e as placas táteis e totens deveriam ser implementados em todos os prédio e ambientes da Universidade.

De modo geral, a Universidade atende as expectativas da inclusão social a partir de políticas afirmativas de cotas, assistência social, estudantil e atendimento psicológico, possuindo um núcleo voltado para a inclusão social dos estudantes. Sendo assim, podemos considerar que a Unimontes tem demandado esforços para construir uma espaço educativo inclusivo, porém merece maior incentivo político para expandir os projetos e as políticas de inclusão para os demais campus universitário, extrapolando as ações que ainda são centralizadas na sede.

## **Referências**

BEZERRA, Teresa Olinda Caminha. A política pública de cotas em universidades, desempenho acadêmico e inclusão social. In: *Sustainable Business International Journal*, n. 09, 2011.

DAL MAGRO, Cristian Bau; RAUSCH, Rita Buzzi. Plano de desenvolvimento institucional de universidades federais brasileiras. In: *Administração: ensino e pesquisa*, v. 13, n. 3, p. 427-453, 2012.

DE AR MENDES, Angelita *et al.* A relação histórica da educação a distância com a inclusão social e o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação. In: *Anais Seminário Nacional Educa*, v. 1, n. 1, 2010.

FRANCISCO, Thiago Henrique Almino *et al.* A contribuição do PDI nas atividades de planejamento e gestão das instituições de educação superior. In: *Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL*, v. 5, n. 3, p. 81-107, 2012.

GARCIA, Raquel Araújo Bonfim; BACARIN, Ana Paula Siltrão; LEONARDO, Nilza Sanches Tessaro. Acessibilidade e permanência na educação superior: percepção de estudantes com deficiência. In: *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 22, p. 33-40, 2018.

GUEDES, Eleanara Pereira; SCHERER, Flávia Luciane. O processo de elaboração do plano de desenvolvimento institucional (PDI): Um estudo de caso. In: *Perspectivas em Gestão & Conhecimento*, v. 5, n. 2, p. 240-253, 2015.

GUIMARÃES, Ítalo José Bastos *et al.* Educação à distância como ferramenta de inclusão social e digital: um estudo de caso com alunos da UFPBVIRTUAL. In: *Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação*, v. 24, n. 56, p. 1-19, 2019.

OLIVEIRA, Antônia Soares Silveira e. *Alunos com deficiência no ensino superior: subsídios para a política de inclusão da Unimontes*. 2011. 182 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

MANZINI, Eduardo José. Inclusão e acessibilidade. In: *Revista da Sobama*, v. 10, n. 1, p. 31-36, 2005.

MATTOS, Hellen Cristina Xavier da Silva; FERNANDES, Maria Cristina da Silveira Galan. Estudantes universitários: estratégias e procedimentos para a permanência. In: *Revista Contemporânea de Educação*, v. 14, n. 29, p. 156-174, 2019.

MELO, Francisco Ricardo Lins Vieira de; ARAÚJO, Eliana Rodrigues. Núcleos de Acessibilidade nas Universidades: reflexões a partir de uma experiência institucional. In: *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 22, p. 57-66, 2018.

SANTOS, Maria Ivanilde Pereira *et al.* Políticas de assistência estudantil em momentos de crise: uma revisão e alguns resultados desta prática de inclusão pela educação em uma universidade pública. In: *Revista Economia e Políticas Públicas*, v. 6, n. 1, p. 171-200, 2018.

SILVA, Kelen Cristina. *Condições de Acessibilidade na Universidade: o ponto de vista de estudantes com deficiência*. 2016. 149f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2016

UNIMONTES. *Plano de Desenvolvimento Institucional: PDI Unimontes 2017-2021*. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Universidade Estadual de Montes Claros. Montes Claros, Minas Gerais, 2017.

UNIMONTES. *Inclusão*. 2019. Disponível em: <https://unimontes.br/unimontes-entre-as-universidades-publicas-brasileiras-que-se-destacam-na-inclusao-de-portadores-de-deficiencia/>. Acessado em: 10/02/2023.

Processo de Avaliação por Pares: (*Blind Review* - Análise do Texto Anônimo)

Revista Científica Vozes dos Vales - UFVJM - Minas Gerais - Brasil

[www.ufvjm.edu.br/vozes](http://www.ufvjm.edu.br/vozes)

QUALIS/CAPES - LATINDEX: 22524

ISSN: 2238-6424